



# **RIQUEZA SEM CONTROLE, DEMOCRACIA EM RISCO. POR QUE A AMÉRICA LATINA E O CARIBE PRECISAM DE UM NOVO PACTO FISCAL**

[www.oxfam.org](http://www.oxfam.org)



**OXFAM**

© Oxfam na ALC, janeiro de 2026.

Este documento foi escrito por Rosa María Cañete Alonso e coordenado por Carlos Brown Solà, Ana Inés Dutari e Verónica Paz Arauco; com contribuições de Karla Castillo, Grazielle Custodio, Christian Ferreyra, Carolina Gonçalves, Diego Merla, Cinthia Navarro, Enrique Naveda Bazaco, Juan Sebastián Pardo Peña, Efrén Pérez de la Mora, Emilio del Río e Susana Ruiz.

Agradecemos a colaboração de: Alejandra Alayza Moncloa, Daisy Avila, Roxana Delgado Villalta, Gloria García Parra, Alexandra Haas, Lourdes Montero, Marcela Prieto, Ricardo Sáenz de Tejada e Viviana Santiago.

Para obter mais informações sobre os tópicos abordados neste documento, entre em contato com [veronica.paz@oxfam.org](mailto:veronica.paz@oxfam.org)

Esta publicação está protegida por direitos autorais, mas o texto pode ser livremente utilizado para fins de defesa e ativismo, bem como para fins educacionais e de pesquisa, desde que a fonte seja devidamente citada. O detentor dos direitos autorais solicita que qualquer uso de sua obra seja comunicado a ele para que seu impacto possa ser avaliado. A reprodução do texto em outras circunstâncias, ou seu uso em outras publicações, bem como em traduções ou adaptações, poderá ser feita mediante autorização e poderá estar sujeita ao pagamento de uma taxa.

Foto de capa: Kike Arnaiz/Stocksy

| <b>ÍNDICE</b>                                                                              | <b>PÁG.</b> |
|--------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|
| <b>1. A ACUMULAÇÃO DE PRIVILÉGIOS: COMO A RIQUEZA EXTREMA POLARIZA NOSSAS SOCIEDADES</b>   | <b>4</b>    |
| <b>2. DEMOCRACIAS SEQUESTRADAS: A CONCENTRAÇÃO DA RIQUEZA AMEAÇA O SISTEMA DEMOCRÁTICO</b> | <b>8</b>    |
| <b>3. ACUMULAÇÃO SEM IMPOSTOS: COMO A REGIÃO PERDE SOBERANIA E AUMENTA A DESIGUALDADE</b>  | <b>11</b>   |
| <b>4. REDISTRIBUIR PODER E RIQUEZA PARA RECONSTRUIR A DEMOCRACIA</b>                       | <b>18</b>   |
| <b>ANEXOS</b>                                                                              | <b>20</b>   |
| <b>NOTAS E REFERÊNCIAS</b>                                                                 | <b>21</b>   |

# 1. A ACUMULAÇÃO DE PRIVILÉGIOS: COMO A RIQUEZA EXTREMA POLARIZA NOSSAS SOCIEDADES

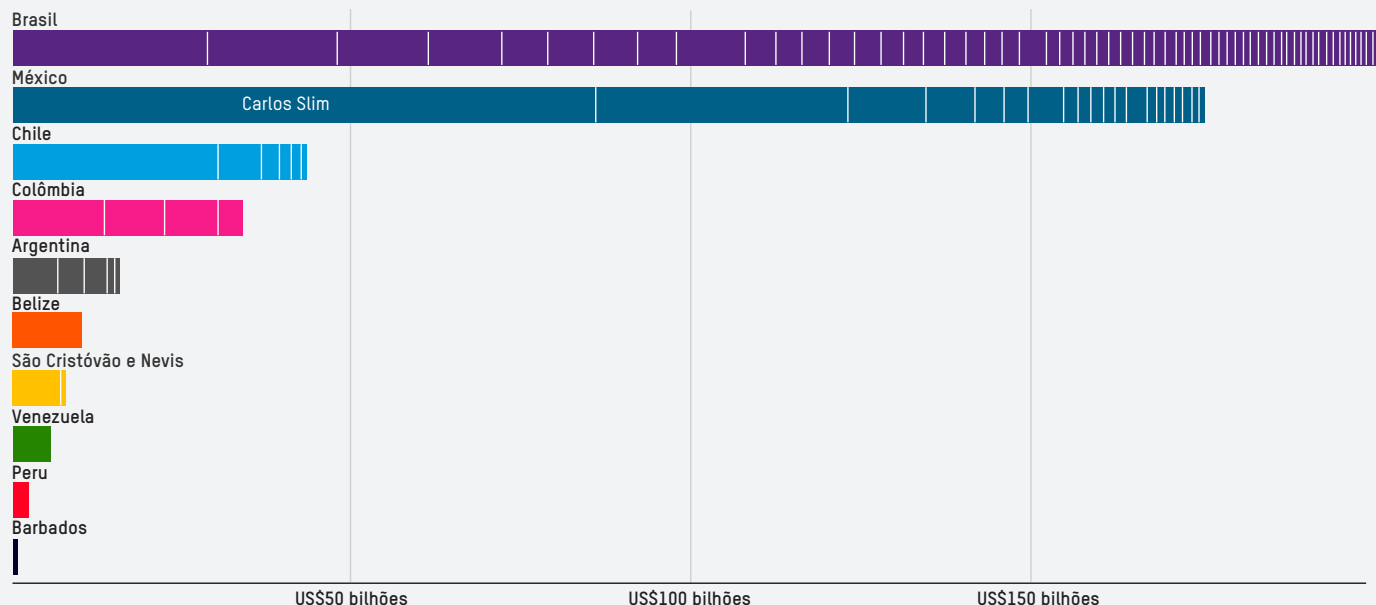
A riqueza extrema na América Latina e no Caribe (ALC) está mais do que nunca desvinculada do crescimento econômico, do bem-estar coletivo e da redução das desigualdades. Em seu lugar, consolidou-se uma elite cuja prosperidade avança à margem e às custas do resto da sociedade. De acordo com dados da Forbes, em novembro de 2025, a ALC contava com 109 bilionários — 14 pessoas a mais do que há apenas um ano —, cuja fortuna conjunta atingiu US\$ 622,9 bilhões<sup>1</sup>, um montante quase equivalente ao PIB do Chile e do Peru combinados.<sup>2</sup>

A concentração da riqueza não parou de acelerar. Desde o ano 2000, a riqueza conjunta desse pequeno grupo de bilionários cresceu 443%; somente no último ano, aumentou em impressionantes 39%.<sup>3</sup> Em contraste, o PIB regional cresceu apenas 2,4% em 2024 e projeta-se um crescimento semelhante para 2025.<sup>4</sup> Ou seja, a riqueza dos bilionários da ALC aumentou 16 vezes mais rápido do que a economia da região como um todo. Sua riqueza parece funcionar independentemente do resto da economia e da sociedade.

Desde o ano 2000, a riqueza conjunta dos bilionários da ALC aumentou, em média, US\$ 54 milhões por dia. Entre 2000 e 2025, o patrimônio de um bilionário cresceu, em média, US\$ 491.198 por dia. Em contrapartida, o salário mínimo médio de um trabalhador na região é de US\$ 4.815 por ano.<sup>5</sup> Se no início de 2024 esse trabalhador precisava trabalhar 90 anos para ganhar o que um bilionário ganha em um único dia, hoje ele precisaria de 102 anos;<sup>6</sup> ou seja, mesmo trabalhando desde o nascimento até a morte, ele precisaria de mais de três décadas adicionais de trabalho acima da expectativa de vida média na região.<sup>7</sup>

Graças às ações que possui na gigante das telecomunicações América Móvil, o mexicano Carlos Slim continua sendo a pessoa mais rica da América Latina e do Caribe e a 19ª mais rica do mundo. O Brasil é o país que concentra mais bilionários, que juntos acumulam a maior riqueza da região (66 pessoas com uma riqueza conjunta de US\$ 253.196 milhões), seguido pelo México, Chile, Colômbia e Argentina (Gráfico 1). Assim como na maioria das estruturas de poder, os homens continuam sendo maioria e representam 82% dos bilionários da região (Anexo 1, Forbes 2025, elaboração própria).

## GRÁFICO 1. RIQUEZA DOS BILIONÁRIOS NA AMÉRICA LATINA. POR PAÍS E TAMANHO DA FORTUNA, 2025.



Fonte: Forbes, novembro de 2025.

**Como ler este gráfico:** cada barra representa a riqueza total acumulada pelos bilionários de um país, discriminada de acordo com o tamanho individual de suas fortunas. O Brasil concentra o maior número de bilionários (66) e a maior riqueza total da região (US\$ 253.196 milhões). Seguem-se México, Chile, Colômbia e Argentina. Carlos Slim continua sendo a pessoa mais rica da América Latina e a número 19 no ranking mundial.

Longe da ideia difundida de que as grandes fortunas são fruto exclusivo do esforço pessoal, os números da CEPAL indicam que, em média, 37,3% dos bilionários do mundo herdaram parcial ou totalmente seu patrimônio, proporção que sobe para 53,8% no caso dos super-ricos da ALC.<sup>8</sup> Grande parte da riqueza dos bilionários da região provém de transferências patrimoniais que perpetuam desigualdades históricas e consolidam elites cuja posição se reproduz de geração em geração; ou seja, responde menos ao mérito individual do que ao sobrenome com que nascem.

Na ALC, existe uma extrema polarização na distribuição da riqueza, com profundas consequências para os direitos das pessoas e para a própria convivência democrática. Os 1% mais ricos possuem mais riqueza do que 90% da população como um todo.<sup>9</sup> Embora as taxas de pobreza relativa tenham apresentado uma ligeira melhora nos últimos anos, a realidade continua devastadora: 160 milhões de pessoas vivem na pobreza, 63 milhões na pobreza extrema, e persistem — e até se ampliam — as desigualdades multidimensionais que afetam os grupos mais excluídos, principalmente mulheres e meninas, povos e comunidades originárias, pessoas racializadas e populações LGBTQ+.<sup>10</sup> A luta contra a redução da pobreza e da desigualdade estagnou, apesar de haver margem de manobra suficiente para implementar reformas com maior impacto redistributivo, especialmente reformas fiscais sobre a riqueza extrema na região.<sup>11</sup>

Um exemplo ilustrativo das desigualdades que esses níveis de concentração produzem é a marcante diferença na responsabilidade dos ricos e dos pobres diante da crise climática. A ALC é uma das regiões que menos contribuiu para essa crise e, no entanto, está entre as mais vulneráveis aos seus impactos: nove dos dez países com maiores perdas econômicas causadas por desastres estão no Caribe.<sup>12</sup> Uma pessoa pertencente aos 0,1% mais ricos da região emite 251 vezes mais CO<sub>2</sub> do que uma pessoa pertencente aos 50% mais pobres,<sup>13</sup> mas são estes últimos que sofrem os maiores danos. A crise climática amplifica as desigualdades de renda, gênero e território, ameaça empurrar mais de 16 milhões de pessoas adicionais para a pobreza<sup>14</sup> e reduzir em até 10% a renda per capita regional até 2030,<sup>15</sup> se nada mudar. A crise climática é, portanto, outra manifestação do poder desproporcional dos que mais têm e do custo que a extrema desigualdade impõe à maioria.

A extrema desigualdade e seus efeitos são possíveis graças a mecanismos estruturais que incentivam a concentração de riqueza em vez de corrigi-la, entre eles sistemas tributários que tributam mais o trabalho do que o capital, que não tributam a riqueza ou o fazem de forma insuficiente, políticas trabalhistas que sustentam a precariedade e os baixos salários, e marcos monetários e financeiros que favorecem a rentabilidade do patrimônio sobre a produtividade real, entre outros.<sup>16</sup>

Uma das principais barreiras para enfrentar a desigualdade estrutural é a opacidade que envolve a riqueza e aqueles que a concentram. Enquanto os Estados contam com sistemas exaustivos para estudar as famílias em situação de pobreza que recebem transferências mínimas — garantindo que “nem um centavo chegue a quem não deve”<sup>17</sup> —, carecem de informações básicas sobre as maiores fortunas do país.<sup>18</sup> Essa assimetria não é casual. Ela expressa uma ordem institucional que controla os pobres e protege a opacidade e os privilégios dos mais ricos, subestimando sistematicamente a verdadeira magnitude da desigualdade.

Essa falta de informação se estende também aos rendimentos derivados da riqueza, conhecidos como rendimentos do capital. Evidências científicas mostram que, quando a medição da desigualdade se baseia apenas em pesquisas domiciliares, os rendimentos mais altos e os rendimentos do capital ficam praticamente invisíveis, reforçando uma leitura incompleta e tendenciosa da concentração econômica.<sup>19</sup>

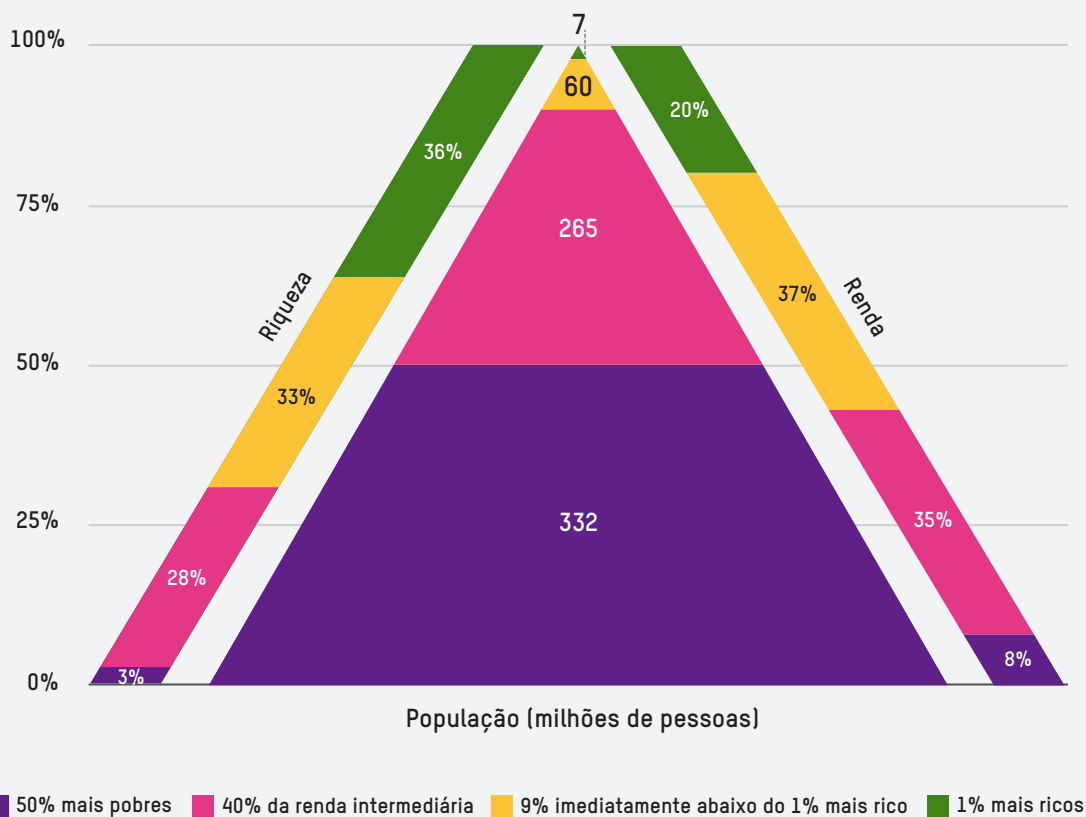
Para corrigir essas limitações, foram desenvolvidas metodologias que combinam pesquisas com registros tributários e contas nacionais, impulsionadas pelo *World Inequality Lab*.<sup>20</sup> A partir dessa abordagem, é possível estimar com maior precisão a verdadeira magnitude da concentração na ALC, o que revela uma região muito mais desigual do que sugerem as fontes tradicionais sobre renda.

Ao considerar a renda (Gráfico 2), verifica-se que 10% da população mais rica (67 milhões de pessoas) acumula 57% da renda total da região, enquanto os 90% restantes da população (597 milhões de pessoas) têm acesso a apenas 43% da renda total. O índice de Gini ajustado atinge 0,64 em 2023,<sup>21</sup> muito acima do que revelam apenas as pesquisas, evidenciando a verdadeira magnitude da concentração no topo e, portanto, da desigualdade de renda.

Essa concentração é ainda maior quando se analisa a riqueza: 10% da população mais rica (67 milhões de pessoas) concentra 69% da riqueza da região, enquanto os 90% restantes (597 milhões de pessoas) concentram apenas 31%. Se observarmos os 1% mais ricos (7 milhões de pessoas), esse grupo concentra mais riqueza (36%) do que os 90% da população (597 milhões de pessoas) (Gráfico 2).

Esses dados mostram que, embora exista uma extrema desigualdade na distribuição de renda na ALC, ela se amplia muito mais quando se considera a riqueza como um todo.

**GRÁFICO 2. CONCENTRAÇÃO DE RIQUEZA E RENDA NA AMÉRICA LATINA. DISTRIBUIÇÃO POR SEGMENTOS POPULACIONAIS, 2025.**



**Fonte:** Elaboração própria com base no World Inequality Report 2026 e CEPAL 2025.

**Como ler este gráfico:** Cada barra mostra a proporção de riqueza e renda dos diferentes segmentos populacionais: os 50% mais pobres, os 40% de renda intermediária, os 9% logo abaixo dos 1% mais ricos e os 1% mais ricos. Também é indicada a proporção de adultos em cada segmento. Observa-se que apenas 7 milhões de pessoas concentram 36% da riqueza da região e 20% da renda, enquanto os 50% mais pobres, 332 milhões de pessoas, compartilham apenas 3% da riqueza e 8% da renda.

## 2. DEMOCRACIAS SEQUESTRADAS: A CONCENTRAÇÃO DA RIQUEZA AMEAÇA O SISTEMA DEMOCRÁTICO

Em uma região onde poucos concentram tanta riqueza, muitas vezes o poder econômico se transforma em poder político. Na ALC, as elites econômicas têm uma capacidade desproporcional de acessar o poder diretamente ou de influenciar instituições e decisões públicas, colocando em risco a própria democracia.

Quando as corporações concentram demasiado poder de mercado, também acumulam poder político. O estudo de Başıhos (2024), intitulado,<sup>22</sup> (O poder corporativo e o declínio da democracia), baseado em 80 países entre 1990 e 2019, estima que mais de um quarto do retrocesso democrático mundial se explica pelo aumento do poder corporativo, que permite influenciar regulamentações, moldar a opinião pública e bloquear novos concorrentes. A concentração econômica não apenas agrava a desigualdade nos mercados, mas também se traduz em uma captura progressiva das instituições, enfraquece a representação e limita a capacidade do Estado de governar em favor das maiorias.

A maior parte da riqueza dos bilionários na ALC está concentrada em apenas três setores (Tabela 1): finanças, telecomunicações e mídia, e energia e recursos naturais, que juntos representam 65% de sua riqueza combinada em 2025. Essa distribuição mostra que as grandes fortunas da região têm origem em setores altamente concentrados, com enormes barreiras à entrada e poder de mercado suficiente para influenciar preços, regulamentações e decisões públicas. Na ALC, a economia dos super-ricos está profundamente ligada a setores desregulamentados ou capturados, onde o poder econômico se transforma em poder político, alimentando um ciclo de concentração que sustenta e reproduz a desigualdade.

| Tabela 1. % DA RIQUEZA LÍQUIDA DOS BILIONÁRIOS NA ALC POR SETOR, 2025. |              |         |
|------------------------------------------------------------------------|--------------|---------|
| SETORES                                                                | US\$ BILHÕES | %       |
| Finanças e serviços de investimento                                    | 171          | 27,45%  |
| Mídia e telecomunicações                                               | 128,5        | 20,63%  |
| Energia e Recursos Naturais                                            | 108,7        | 17,45%  |
| Agroindústria e Alimentos                                              | 72,4         | 11,62%  |
| Tecnologia e Digital                                                   | 52,4         | 8,41%   |
| Conglomerados                                                          | 30,5         | 4,90%   |
| Indústria e manufatura                                                 | 30           | 4,82%   |
| Infraestrutura e Transportes                                           | 11           | 1,77%   |
| Saúde                                                                  | 9,6          | 1,54%   |
| Comércio e Imobiliário                                                 | 8,8          | 1,41%   |
| SUMA TOTAL                                                             | 622,9        | 100,00% |
| Fonte: Oxfam com base na Forbes 2025                                   |              |         |

Na Guatemala, por exemplo, os setores estratégicos são dominados por duopólios quase absolutos, que concentram a maioria dos mercados de: telefonia móvel (96%), gás propano (81%), cerveja (98%) e bebidas alcoólicas (87%).<sup>23</sup> Esse poder econômico se traduz em influência direta na política pública, já que o setor empresarial participa de pelo menos 67 espaços oficiais de decisão e algumas de suas câmaras possuem mais “poder em rede” do que vários ministérios. A isso se somam outros mecanismos de influência, como o financiamento eleitoral, as portas giratórias ou o controle da mídia, que consolidam um ecossistema onde a desigualdade deixa de ser uma consequência para se tornar um mecanismo de reprodução do poder.<sup>24</sup>

A fronteira entre a elite política e a elite econômica está cada vez mais difusa na ALC, onde os super-ricos não apenas usam seu patrimônio para influenciar, mas, frequentemente, ocupam diretamente espaços de tomada de decisão, como a presidência, ministérios-chave e cargos legislativos.

Entre 2000 e 2025, pelo menos 16 presidentes em 11 países da região chegaram ao governo após trajetórias anteriores como proprietários, acionistas ou altos executivos de empresas (bancos, conglomerados agroindustriais, grupos de mídia, empresas de varejo, firmas de serviços financeiros ou grandes conglomerados corporativos) (Tabela 2). Esse padrão não é excepcional nem isolado: a frequência de mandatos presidenciais liderados por atores com fortes vínculos empresariais mostra que a presença das elites econômicas nos governos é uma característica estrutural da governança latino-americana.<sup>25</sup>

O poder econômico também está frequentemente ligado a agendas de extrema direita e antidireitos. A chamada *Reactionary International* articula grandes fortunas com movimentos ultraconservadores, nacional-populistas e tecno-libertários com o objetivo de blindar privilégios, enfraquecer regulamentações e promover divisões culturais que desviam a atenção do poder econômico real.<sup>26</sup> Casos como o do empresário brasileiro Salim Mattar no Brasil e Marcos Galperín na Argentina mostram como o poder econômico não apenas influencia a política, mas também impulsiona projetos autoritários destinados a preservar suas vantagens. Salim Mattar — Secretário Especial de Desestatização no governo Bolsonaro — tem sido um dos maiores financiadores do partido de direita Novo, com uma política ultraliberal e anti-direitos;<sup>27</sup> Marcos Galperin — CEO da multinacional Mercado Livre — apoiou o governo Milei e sua agenda anti-igualdade e anti-Estado, beneficiando-se de isenções e tratamentos fiscais privilegiados.<sup>28</sup>

**Tabela 2. PRESIDENTES DE ORIGEM EMPRESARIAL OU ALTA GERÊNCIA CORPORATIVA NA ALC (2000–2025)**

| PAÍS                 | PRESIDENTE            | PERÍODO              | SECTOR EMPRESARIAL / GERENCIAL                     | EMPRESAS O CARGO                                                                                                                                                                                                         |
|----------------------|-----------------------|----------------------|----------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Equador              | Daniel Noboa          | 2023–2029            | Agroexportação, logística, energia                 | Corporación Noboa                                                                                                                                                                                                        |
| Argentina            | Javier Milei          | 2023–2027            | Serviços financeiros, consultoria                  | Economista-chefe da Corporação América                                                                                                                                                                                   |
| República Dominicana | Luis Abinader         | 2020–2028            | Turismo, construção, educação                      | Grupo Abicor                                                                                                                                                                                                             |
| El Salvador          | Nayib Bukele          | 2019–2029            | Publicidade, comunicações, comércio varejista      | Grupo Obermet                                                                                                                                                                                                            |
| Equador              | Guillermo Lasso       | 2021–2023            | Banca e serviços financeiros                       | Presidente executivo e principal acionista do Banco de Guayaquil                                                                                                                                                         |
| Panamá               | Laurentino Cortizo    | 2019–2024            | Construção, pecuária, agroindústria                | Grupo Cortizo                                                                                                                                                                                                            |
| Argentina            | Mauricio Macri        | 2015–2019            | Construção, automotivo, logística                  | Grupo Macri, SOCMA                                                                                                                                                                                                       |
| Peru                 | Pedro Pablo Kuczynski | 2016–2018            | Banca de investimento, energia                     | First Boston, Banco Mundial, FMI                                                                                                                                                                                         |
| Paraguai             | Mario Abdo Benítez*   | 2018–2023            | Imprensa, publicidade                              | Empresa familiar                                                                                                                                                                                                         |
| Chile                | Sebastián Piñera      | 2010–2014, 2018–2022 | Finanças, companhias aéreas, mídia, varejo         | Bancard, LAN, Chilevisión                                                                                                                                                                                                |
| Panamá               | Juan Carlos Varela    | 2014–2019            | Bebidas alcoólicas, manufatura                     | Varela Hermanos S.A. (Ron Abuelo)                                                                                                                                                                                        |
| Paraguai             | Horacio Cartes        | 2013–2018            | Tabaco, bancos, pecuária, distribuição             | Grupo Cartes                                                                                                                                                                                                             |
| Panamá               | Ricardo Martinelli    | 2009–2014            | Supermercados, bancos, telecomunicações            | Super 99                                                                                                                                                                                                                 |
| Honduras             | Manuel Zelaya*        | 2006–2009            | Madeira, agroindústria, pecuária                   | Empresário madeireiro e pecuarista                                                                                                                                                                                       |
| Honduras             | Ricardo Maduro        | 2002–2006            | Indústria, comércio, bancos, turismo e aquicultura | Aquacultivos de Honduras; Granjas Marinas San Bernardo; Comercial Ultramotor; Automundo; Fuji de Honduras; Banco de la Producción; Supermercados Todos; Centro Comercial Multiplazas; Hotel Camino Real Intercontinental |
| México               | Vicente Fox           | 2000–2006            | Alta gerência corporativa, bebidas                 | CEO da Coca-Cola México e América Latina                                                                                                                                                                                 |

**Nota metodológica:** Esta tabela inclui presidentes com trajetória prévia no setor empresarial ou na alta gestão corporativa. Em alguns casos, assinalados com um asterisco (\*), trata-se de elites econômicas tradicionais cuja vinculação ao capital não se expressa principalmente por meio da condução direta de grandes corporações transnacionais, mas sim por meio da propriedade patrimonial, do controle familiar de ativos estratégicos ou da pertença a conglomerados midiáticos ou agropecuários. Esses casos são incluídos por sua relevância analítica para compreender a interseção entre poder econômico e poder político, embora não correspondam estritamente ao perfil de “empresário corporativo” em seu sentido clássico.

**Fontes:** BBC Mundo (Daniel Noboa, Jimmy Morales, Manuel Zelaya); Bloomberg Línea e Forbes (Corporación Noboa); CIDOB Barcelona e La Nación Argentina (Javier Milei); Diario Libre República Dominicana e Forbes Centroamérica (Luis Abinader); El Faro (Nayib Bukele); La Prensa Panamá (Laurentino Cortizo, Ricardo Martinelli, Juan Carlos Varela); La Nación Argentina e Clarín (Mauricio Macri); Reuters (Pedro Pablo Kuczynski); ASO – Análisis Semanal de Opinión e BBC Mundo (Guillermo Lasso); ABC Color Paraguai (Horacio Cartes, Mario Abdo Benítez); Semana e López (2010) (Álvaro Uribe Vélez); Semana e Dávila (2012) (Juan Manuel Santos); Insight Crime e Stanley (2010) (Elías Antonio Saca). CIPER Chile (Sebastián Piñera); CIDOB <https://www.cidob.org/lider-politico/ricardo-maduro-joest> consultado em dezembro de 2025 (Ricardo Maduro); CNN Expansión, Forbes México e The Coca-Cola Company (Vicente Fox).

A percepção dos cidadãos de que os governos são corruptos e privilegiam os poderosos ocorre ao mesmo tempo que a falta de confiança nas instituições públicas e no sistema democrático. De acordo com o Latinobarómetro (2024),<sup>29</sup> em uma escala de 0 a 10, em que 10 é “totalmente corrupto”, os cidadãos classificam, em média, os países da região com 7,2; 31% da população afirma ter conhecimento pessoal de um ato de corrupção no último ano (quase o dobro em relação a 2023); 72% consideram que o governo governa para poucos poderosos e 76% percebem que a distribuição da riqueza é injusta. O mesmo relatório indica que apenas metade da população considera que a democracia é preferível a outra forma de governo, 25% são indiferentes à forma de governo (quase dez pontos acima dos níveis de 2010) e a preferência pelo sistema democrático é inferior a 50% em 10 países da região. Essa desafeição é alimentada pela incapacidade dos sistemas democráticos de limitar o poder dos que mais têm.

Quando os cidadãos deixam de confiar nas instituições do sistema democrático, avançam atores com raízes antidemocráticas que prometem ordem diante do desencanto. Esses atores, frequentemente apoiados por elites econômicas, promovem agendas antidireitos, desregulamentação extrema e enfraquecimento do Estado, precisamente para proteger um modelo que garante a concentração de riqueza.

## 3. ACUMULAÇÃO SEM IMPOSTOS: COMO A REGIÃO PERDE SOBERANIA E AUMENTA A DESIGUALDADE

A política fiscal é um exemplo claro de política pública que, apesar de ser um dos instrumentos com maior potencial para enfrentar a pobreza e a desigualdade, acaba tendo o efeito contrário. Atualmente, as receitas arrecadadas são insuficientes para responder às necessidades da população e a forma de arrecadação é altamente regressiva.

### 3.1 SEM RECEITAS PRÓPRIAS NÃO HÁ SOBERANIA

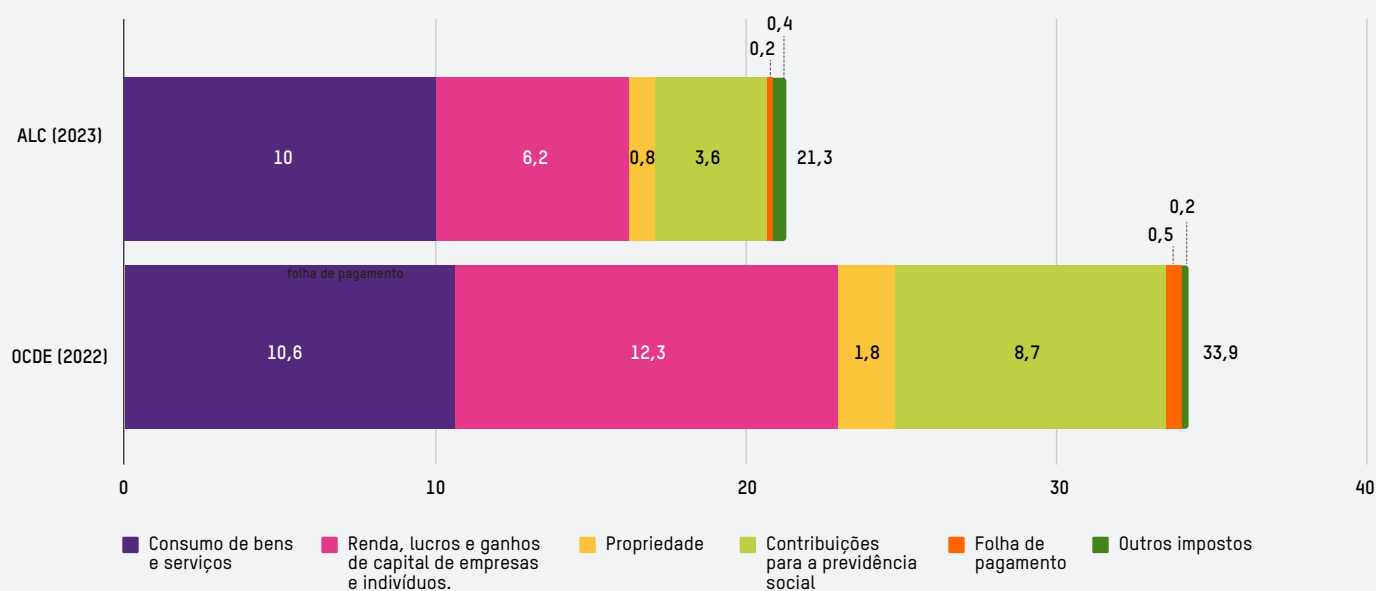
A região vive um paradoxo que corrói sua soberania fiscal. Enquanto as necessidades sociais se multiplicam, os Estados continuam presos entre uma baixa arrecadação estrutural e uma dívida pública crescente, sufocando sua capacidade de decisão. Na ALC, a arrecadação tributária média atinge apenas 21,3% do PIB, com países como Panamá, Guatemala ou República Dominicana arrecadando menos de 15% do PIB (em comparação com a média de 33,9% na OCDE) (Gráfico 3).<sup>30</sup> A lacuna entre as necessidades socioeconômicas e os baixos rendimentos faz com que os governos dependam cada vez mais do endividamento para financiar funções básicas.

Em 2023, a arrecadação tributária média na ALC caiu 0,2 pontos percentuais do PIB em relação a 2022, confirmando um retrocesso regional na capacidade de arrecadação. No total, 14 países registraram quedas, 10 aumentaram sua arrecadação e 2 não apresentaram variações. As perdas mais pronunciadas ocorreram no Chile (-3,2 pontos percentuais), Peru (-2,1 p.p.), Argentina (-1,7 p.p.) e Cuba (-1,3 p.p.).<sup>31</sup>

<sup>32</sup> Essa lacuna crônica de receitas provocou déficits fiscais persistentes, que em alguns países se expressam até mesmo em déficits primários, ou seja, em endividamento destinado a cobrir juros de dívidas anteriores. O resultado é uma perda silenciosa, mas profunda, de soberania fiscal.

A dependência do financiamento externo aumentou drasticamente. Em 2010, nove países da ALC tinham uma dívida pública equivalente ou superior a 60% do seu PIB, enquanto em 2022 esse número subiu para 19 países.<sup>33</sup> Mais da metade dessa dívida está hoje nas mãos de credores privados que exigem maiores rendimentos e têm menos flexibilidade do que os organismos multilaterais. Consequentemente, 18 países da região destinam mais de 10% de suas receitas tributárias ao pagamento de juros em 2025.<sup>34</sup> Entre 2021 e 2023, mais da metade da população da ALC vivia em países que gastavam mais com o pagamento de juros do que com saúde.<sup>35</sup> Essa dinâmica provoca um desvio forçado do orçamento nacional para os credores, em detrimento dos direitos básicos e do desenvolvimento.

**GRÁFICO 3. ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA MÉDIA POR TIPO DE IMPOSTO. PORCENTAGEM DO PIB NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE E MÉDIA DA OCDE, 2022-2023.**



**Fonte:** Cálculos próprios com dados da OCDE 2025.

**Como ler este gráfico:** A barra acima mostra os níveis de arrecadação tributária como proporção do PIB em 2023 para a América Latina e o Caribe por tipo de imposto. A barra abaixo mostra a média da arrecadação nos países da OCDE em 2022. Na ALC, a arrecadação tributária média atinge apenas 21,3%, dos quais quase 47% correspondem ao IVA. Em contrapartida, os países da OCDE arrecadam em média 33,9% do PIB, com uma proporção maior proveniente de impostos sobre renda, lucros e ganhos de capital.

A perda de soberania também ocorre nos países que recorreram ao Fundo Monetário Internacional (FMI). Embora se trate de programas que fornecem financiamento a um custo menor do que os credores privados, o FMI aplica condições estritas que comprometem a capacidade dos governos de elaborar suas políticas fiscais. Um caso paradigmático é o do Equador, cujo governo foi pressionado a cumprir metas fiscais rígidas, o que implicou na redução dos gastos com saúde em pleno auge da pandemia da COVID-19, priorizando o pagamento da dívida.<sup>36</sup>

A baixa arrecadação fiscal decorre, em grande parte, de um sistema financeiro global que canaliza recursos do Sul Global para credores — bancos e grandes corporações — por meio de dívida, juros, lucros repatriados e fuga de capitais. Sem uma reforma profunda dessa arquitetura — que limite a especulação e permita aos Estados reter e mobilizar seus próprios recursos —, a falta de receita continuará subordinando as decisões públicas a interesses financeiros externos.<sup>37</sup> Esse tipo de restrição não apenas agrava a fragilidade social, mas também transforma os credores em árbitros do orçamento nacional. A falta de arrecadação suficiente não apenas impede a garantia de direitos, mas também entrega o comando fiscal a terceiros, minando a soberania democrática dos povos latino-americanos.

## **3.2 QUANDO O SISTEMA COBRA AO CONTRÁRIO: OS POBRES CONTRIBUEM COM MAIS DE SUA RENDA DO QUE OS RICOS**

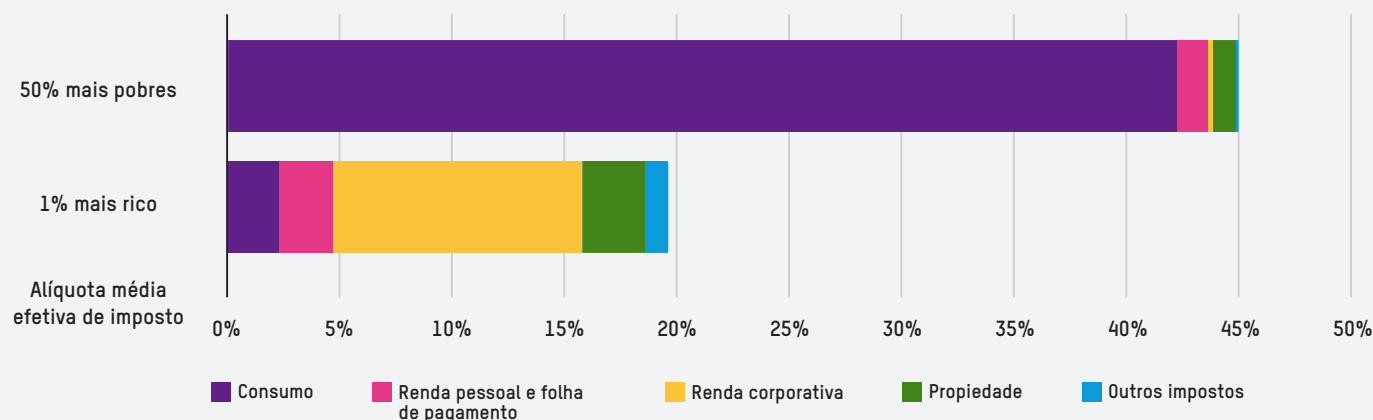
Na ALC, a política fiscal arrecada pouco, de forma injusta, e aprofunda a extrema desigualdade. A estrutura tributária funciona de maneira contrária ao que deveria: desperdiça seu potencial de redistribuição e protege aqueles que mais têm.

Em 2023, 47% da arrecadação veio do IVA e de outros impostos sobre o consumo, que incidem igualmente sobre ricos e pobres, enquanto os impostos sobre a renda, os lucros e os ganhos de capital de empresas e indivíduos contribuíram com apenas 30% da arrecadação (Gráfico 3).<sup>38</sup> Essa estrutura tributária permaneceu praticamente inalterada por décadas, mesmo durante os governos progressistas da região.

No mesmo ano, a contração da receita tributária na ALC foi marcada principalmente pela queda na arrecadação do imposto de renda das empresas, em um contexto de redução dos preços das matérias-primas, especialmente dos recursos naturais não renováveis. Em contrapartida, a receita proveniente dos impostos sobre bens e serviços apresentou uma evolução estável, amortecendo parcialmente a queda total da arrecadação na região.<sup>39</sup> O IVA foi o imposto que mais aumentou sua participação na arrecadação desde 1990.<sup>40</sup>

Salvo raras exceções, os 1% mais ricos da região pagam proporcionalmente menos impostos do que os 50% mais pobres. Enquanto uma pessoa dos 50% mais pobres paga em impostos — principalmente sobre o consumo — 45% de sua renda, uma pessoa dos 1% mais ricos paga pouco menos de 20% de sua renda (Gráfico 4). Essa profunda assimetria desmente o mito de que os pobres “não pagam impostos”; pelo contrário, eles pagam uma proporção maior do que os ricos em relação à sua renda. Isso demonstra mais uma vez que os sistemas tributários da ALC não cumprem sua função redistributiva, mas protegem os privilégios e o capital em detrimento do trabalho.

**GRÁFICO 4. TAXA MÉDIA EFETIVA DE IMPOSTOS NAS ECONOMIAS LATINO-CARIBENHAS. COMPOSIÇÃO PERCENTUAL, POR TIPO DE IMPOSTO, DA TAXA MÉDIA EFETIVA DE IMPOSTO POR GRUPO POPULACIONAL, 2021.**



**Fonte:** Cálculos próprios com dados de De Rosa, M., Flores, I. & Morgan, M. (2024)

**Como ler este gráfico:** O gráfico mostra a taxa média efetiva de impostos paga pelos 50% mais pobres e pelos 1% mais ricos da América Latina e do Caribe até 2021. Ou seja, para cada dólar de renda, as pessoas que compõem os 50% mais pobres pagam, na verdade, cerca de 45 centavos em impostos, pois seu consumo de bens e serviços representa uma parte importante de seus gastos. Em contrapartida, as pessoas que compõem o 1% mais rico pagam pouco menos de 20 centavos em impostos por cada dólar de renda. Isso se deve ao fato de que os sistemas tributários da região dependem principalmente de impostos sobre o consumo, que são profundamente regressivos.

### 3.3 RENDAS DE CAPITAL: O BURACO NEGRO DA PROGRESSIVIDADE

Na ALC, as rendas de capital — dividendos, juros, ganhos patrimoniais — são insuficientemente tributadas e concentradas em muito poucas mãos.

Os dados do World Inequality Lab (WIL) revelam que as rendas de capital são, de longe, a fonte de renda mais desigual. A maior parte dessas rendas concentra-se nos 1% mais ricos, enquanto as rendas do trabalho e dos autônomos são distribuídas de forma muito mais ampla.<sup>41</sup>

Muitos Estados não sabem com precisão quanto as pessoas mais ricas ganham em renda de capital, uma vez que essas rendas são protegidas pelo sigilo bancário, pela baixa capacidade de fiscalização e pela falta de relatórios obrigatórios.<sup>42</sup> Em vários países, os rendimentos do capital são isentos de impostos ou pagam taxas reduzidas em comparação com os rendimentos do trabalho.<sup>43</sup> Esta é uma das razões pelas quais a taxa efetiva de tributação dos 1% mais ricos é tão baixa, uma vez que grande parte de seus rendimentos provém do capital e não do trabalho.<sup>44</sup>

Na República Dominicana, 93% dos dividendos estão nas mãos de apenas 2.500 pessoas, os 0,1% mais ricos dos contribuintes do país;<sup>45</sup> esses rendimentos pagam uma taxa de imposto de apenas 10%, enquanto os salários são tributados entre 15% e 25%. Aplicar aos rendimentos do capital a mesma taxa que ao trabalho permitiria arrecadar mais de 25 bilhões de pesos por ano, o equivalente a 0,6% do PIB.<sup>46</sup>

No entanto, quando há vontade política, é possível obter avanços importantes. A recente reforma do imposto de renda no Brasil — resultado de décadas de lutas sociais por justiça tributária<sup>47</sup> — constitui uma virada em direção a uma maior progressividade fiscal. Essa reforma amplia a isenção e reduz a carga tributária sobre as rendas baixas e médias, além de aplicar uma tributação mínima efetiva maior sobre as rendas altas, melhorando um sistema historicamente regressivo que penalizava os trabalhadores.<sup>48</sup>

A estrutura tributária brasileira tinha um claro viés racial e de gênero: a carga tributária do imposto de renda recaía de forma desproporcional sobre pessoas negras, mulheres e famílias de baixa renda, enquanto as rendas altas — concentradas principalmente em homens brancos — continuavam sendo tributadas de forma insuficiente.<sup>49</sup> A reforma representa um primeiro passo em direção a uma tributação antirracista, feminista e redistributiva, alinhada com os debates internacionais sobre justiça fiscal e democracia. No entanto, o país ainda precisa de uma reforma mais profunda que inclua a tributação de dividendos, grandes fortunas e a revisão dos benefícios fiscais.

### 3.4 HERANÇA E PATRIMÔNIO: A RIQUEZA BLINDADA

Na ALC, os impostos sobre a riqueza — seja sobre propriedades, grandes fortunas, heranças ou ativos no exterior — continuam sendo uma ferramenta fiscal subutilizada. Em média, os impostos patrimoniais arrecadam apenas 0,8% do PIB, menos da metade da média da OCDE, com exceções como Argentina e Uruguai, que giram em torno de 2% do PIB.<sup>50</sup>

Em nível global, a Oxfam estima que, nos próximos 15 a 20 anos, serão transferidos pelo menos US\$ 8 trilhões em grandes fortunas, o equivalente a 44,64% de toda a riqueza acumulada pelos super-ricos do mundo. A ALC é a região do mundo onde a maior proporção da riqueza dos bilionários (62,21%) será herdada nos próximos anos.<sup>51</sup> No entanto, apenas cinco países da região aplicam um imposto sobre o patrimônio líquido e apenas nove países tributam heranças ou doações.<sup>52</sup>

A proposta do atual governo de eliminar o Imposto sobre Grandes Fortunas na Bolívia,<sup>53</sup> representa um retrocesso significativo em matéria de justiça fiscal. Esse imposto, criado em 2020 para tributar patrimônios superiores a US\$ 4,3 milhões com alíquotas progressivas, contribui com recursos essenciais para financiar serviços públicos e reduzir as desigualdades sociais. Sua revogação — juntamente com a do Imposto sobre Transações Financeiras — isenta de contribuições fiscais uma minoria muito rica em meio a enormes restrições orçamentárias. Enquanto isso, a maioria da população enfrenta cortes e a deterioração de serviços essenciais. Sob o argumento de atrair investimentos, a medida poderia dismantlar uma ferramenta redistributiva e reforçar um modelo que favorece a concentração de riqueza.<sup>54</sup>

As políticas fiscais continuam a premiar a concentração de ativos e a tributar mais o trabalho do que o capital. Avançar para impostos robustos sobre o patrimônio e as heranças é uma necessidade democrática; sem impostos que freiem a concentração e redistribuam oportunidades, a ALC continuará sendo um território onde o sobrenome pesa mais do que o esforço, onde o futuro é herdado e não construído coletivamente.

### 3.5 INCENTIVOS QUE NÃO PRESTAM CONTAS

De acordo com o CIAT (2025),<sup>55</sup> a média do conjunto de benefícios fiscais aplicados na região gira em torno de 4% do PIB. O benefício mais importante consiste em isenções de impostos sobre o consumo (o que permite moderar seu caráter regressivo). Em segundo lugar, estão os incentivos sobre o imposto de renda das empresas, que representa 0,9% do PIB como média regional e, em países como Uruguai, Costa Rica e Nicarágua, ultrapassa 1,5% do PIB. Os incentivos fiscais aos lucros empresariais incluem — além daqueles relacionados ao imposto sobre o rendimento das empresas — isenções aplicáveis a impostos sobre a propriedade, IVA e outros, pelo que têm implicações muito significativas para as finanças públicas. Em termos de incentivos ao investimento, El Salvador e a República Dominicana deixaram de arrecadar em 2019 cerca de 20% dos gastos públicos do governo central em saúde, educação e proteção social.<sup>56</sup>

Apesar de sua magnitude, os incentivos fiscais raramente são submetidos a avaliações rigorosas de custo-benefício.<sup>57</sup> Na maioria dos países, os incentivos aos lucros empresariais foram estabelecidos há décadas com o objetivo de atrair investimentos ou promover o desenvolvimento territorial, mas perduraram sem mecanismos de revisão periódica, prazo de validade ou avaliação de seu impacto. Só na Colômbia, há mais de 290 benefícios fiscais que não são avaliados.<sup>58</sup> No Peru, de acordo com o Ministério da Economia e Finanças, 144 iniciativas legislativas com propostas de medidas fiscais, impulsionadas pelo Congresso da República entre 2021 e 2025, têm um custo fiscal equivalente a 35,2% do PIB projetado para 2025.<sup>59</sup> Muitas delas são mantidas mais por pressão de interesses corporativos do que por sua eficácia em gerar empregos formais ou impulsionar a produtividade.<sup>60</sup> Como mostra o caso argentino (Quadro 1), frequentemente há uma convergência entre isenções fiscais milionárias e influência corporativa sobre os governos.

Enquanto os benefícios se concentram em grandes grupos econômicos, o custo é assumido por toda a sociedade, que conta com menores receitas públicas. Isso compromete a capacidade do Estado de financiar direitos sociais e reduzir desigualdades. Por isso, a avaliação periódica, a transparência e a eliminação de isenções ineficientes devem ser princípios fundamentais para repensar os incentivos fiscais na ALC.

#### QUADRO 1. O PESO POLÍTICO DO MERCADO LIVRE EM TEMPOS DE AJUSTE NA ARGENTINA

O caso da Mercado Libre, a maior empresa de tecnologia da ALC, ilustra como a acumulação extrema de poder econômico se traduz em influência política direta, afetando a capacidade dos governos de defender o interesse público. Seu fundador, Marcos Galperin, um dos empresários mais ricos da região, consolidou uma relação privilegiada com o governo argentino, especialmente desde a chegada ao poder do presidente Javier Milei.<sup>61</sup>

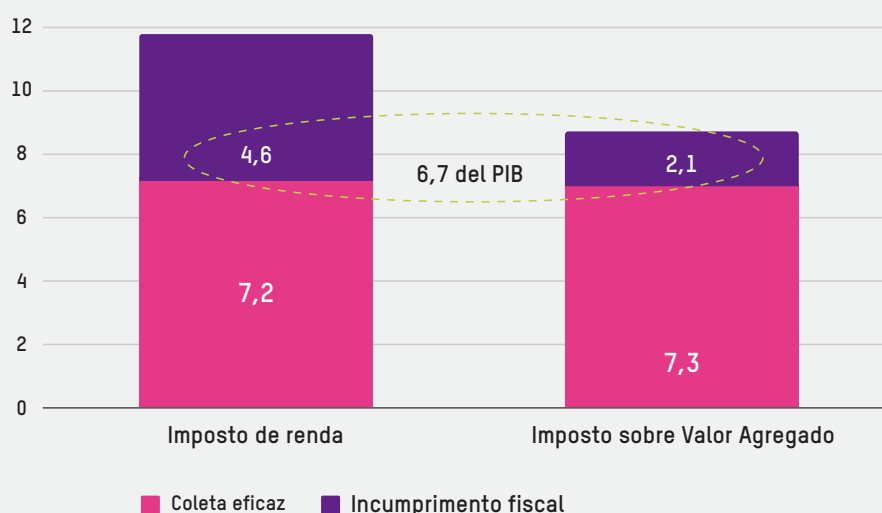
Em 2025, a empresa obteve um aumento de 50% nos benefícios fiscais em relação ao ano anterior, atingindo US\$ 67 milhões.<sup>62</sup> O contraditório é que esses benefícios são concedidos em meio a grandes cortes orçamentários para políticas sociais, ciência, saúde e educação. A Mercado Libre também tem participado ativamente de debates regulatórios importantes — trabalho, fintech, comércio eletrônico — influenciando a orientação de reformas que priorizam a desregulamentação e a redução do papel do Estado, consideradas pilares da chamada “agenda de liberdade econômica”.<sup>63</sup>

Este caso evidencia como uma empresa com uma posição de mercado dominante em setores estratégicos — finanças digitais, comércio eletrônico, logística — pode acumular poder suficiente para influenciar a definição de prioridades fiscais, normativas e políticas, afastando os cidadãos do centro do processo democrático.<sup>64</sup>

### 3.6 DA OPACIDADE À COOPERAÇÃO: A RESPOSTA LATINO-AMERICANA À EVASÃO

Em 2023, as perdas fiscais da ALC totalizaram cerca de US\$ 433 bilhões, cerca de 6,7% do PIB regional, o que reflete a magnitude da evasão e da elisão nos principais impostos. A maior parte dessa inadimplência provém do imposto de renda (corporativo e pessoal), que representa 4,6% do PIB, e do IVA, que representa cerca de 2,1% do PIB (Gráfico 5).<sup>65</sup> Isso significa que os impostos mais progressivos são precisamente aqueles que registram as maiores perdas, o que enfraquece sua capacidade redistributiva e deixa os Estados mais dependentes dos impostos sobre o consumo, afetando desproporcionalmente as famílias de menor renda. Em conjunto, essas perdas limitam a resposta fiscal às crises e reduzem a capacidade dos países de financiar direitos e desenvolvimento.

**GRÁFICO 5. INCUMPRIMENTO NO PAGAMENTO DE IMPOSTOS. IMPOSTO SOBRE A RENDA E IMPOSTO SOBRE O VALOR AGREGADO COMO PORCENTAGEM DO PIB, 2023.**



**Fonte:** Elaboração própria com dados da CEPAL.

**Como ler este gráfico:** A coluna da esquerda mostra a inadimplência no pagamento do imposto de renda, que ascende a 4,6% do PIB. A coluna da direita mostra a inadimplência no imposto sobre o valor agregado, que atinge 2,1% do PIB. No total, a inadimplência tributária representa 6,7% do PIB regional.

A cooperação entre os países é fundamental para reduzir as perdas tributárias, por meio do intercâmbio de informações tributárias com outras administrações, da coordenação de políticas para combater a evasão fiscal e o desvio de recursos para paraísos fiscais, do combate às práticas de concorrência fiscal abusiva ou da perseguição de fluxos ilícitos, entre outros.

A Plataforma Regional de Cooperação Tributária para a América Latina e o Caribe (PTLAC) tornou-se o esforço mais sólido da região para uma maior coordenação em políticas fiscais cujas lacunas enfraquecem os Estados. Em seus três primeiros anos, ela conseguiu consolidar a colaboração entre os países para aprofundar soluções compartilhadas diante de necessidades comuns em matéria de progressividade fiscal, tributação ambiental, revisão de incentivos e colaboração nas agendas de cooperação fiscal internacional. Um de seus avanços dignos de destaque foi a criação de um Conselho Consultivo da Sociedade Civil, que permite a participação direta de organizações sociais e movimentos pela justiça fiscal. Com um maior compromisso político, a PTLAC pode se tornar um espaço decisivo para promover o fortalecimento da capacidade fiscal, reduzir a concentração extrema de riqueza e defender os interesses da região nos espaços globais.

## 4. REDISTRIBUIR PODER E RIQUEZA PARA RECONSTRUIR A DEMOCRACIA

O avanço da desigualdade extrema está levando o mundo a uma situação limite. A concentração desmedida de riqueza permite que um pequeno grupo de super-ricos condicione eleições, manipule regulamentações e molde instituições em seu benefício, enquanto a maioria da população vê restringidos seus direitos, sua renda e a capacidade dos Estados de lhes oferecer proteção. Esse diagnóstico global adquire uma gravidade particular na ALC, uma das regiões mais desiguais do planeta, onde a riqueza extrema cresce a um ritmo que ultrapassa o crescimento econômico.

Diante dessa crise, os governos têm a responsabilidade de reduzir drasticamente a desigualdade e frear a ameaça que ela representa para o sistema democrático, atuando fundamentalmente em três frentes:

- 1. IMPULSIONAR PLANOS E ESTRATÉGIAS NACIONAIS AMBICIOSOS DE REDUÇÃO DA DESIGUALDADE COM MEDIDAS CONCRETAS:** uma bateria de impostos sobre os super-ricos (em particular os 1% mais ricos em cada país), reforçar o controle para evitar a interferência ou captura do poder corporativo sobre a ação política em geral, reduzir o peso da dívida e melhorar suas condições, aumentar os salários, ampliar os direitos trabalhistas e fortalecer os serviços públicos essenciais.
- 2. LIMITAR O PODER POLÍTICO DOS SUPER-RICOS:** reduzindo a capacidade de influência que a riqueza extrema facilita sobre o exercício democrático. Isso implica regular os processos de lobby, as portas giratórias e o financiamento privado dos partidos políticos, reforçar os órgãos de controle legislativo e regulatório, enfrentar a concentração dos meios de comunicação, regular o poder de mercado das grandes empresas e das plataformas tecnológicas.

### **3. GARANTIR A PARTICIPAÇÃO CIDADÃ, O ESPAÇO CÍVICO E O FORTALECIMENTO DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS EM FAVOR DA JUSTIÇA FISCAL.**

A reforma profunda dos sistemas fiscais da ALC é, sem dúvida, uma das grandes prioridades na hora de implementar os objetivos de redução da desigualdade, ainda mais em uma região marcada por atrasos historicamente persistentes. O potencial de melhoria é alto, basta vontade política. O foco deve ser colocado nos seguintes eixos:<sup>66</sup>

- Aumentar um pacote de medidas que garanta que os 1% mais ricos paguem o que lhes corresponde (melhoria na tributação de dividendos e rendimentos de capital, impostos sobre o patrimônio ou grandes fortunas, tributação de heranças e doações ou aumento da tributação sobre os rendimentos mais elevados)
- Reduzir a evasão e a elisão fiscais
- Revisar os incentivos fiscais para grandes corporações
- Tributar mais os superlucros das empresas (especialmente em momentos de crise e quando elas têm um poder de mercado excessivo)

A Oxfam estima que a implementação de um pacote de medidas como este permitiria aumentar significativamente os recursos públicos, até 4% do PIB regional de arrecadação adicional, ou o equivalente a 24% a mais de receita pública.<sup>67</sup>

Essas receitas adicionais permitiriam, por exemplo: erradicar a pobreza extrema na região (custo estimado em US\$ 175 bilhões), implementar sistemas integrais de cuidados capazes de responder ao envelhecimento, a dependência e a carga desigual que hoje recai sobre as mulheres (custo estimado em US\$ 75,6 bilhões), duplicar o investimento público destinado a enfrentar a crise climática (custo estimado em US\$ 13 bilhões por ano). Esses números mostram que uma reforma tributária progressiva não só é viável, mas também permitiria abordar problemas estruturais cuja superação costuma ser apresentada como inatingível devido à falta de recursos.<sup>68</sup>

A ALC tem os recursos para garantir direitos e avançar em um desenvolvimento justo e sustentável, mas é necessária uma estrutura fiscal que permita uma arrecadação mais justa e suficiente.

Essa transformação não é apenas econômica, mas tem profundas implicações políticas. Sem maior equidade, os sistemas democráticos perdem legitimidade e as alternativas autoritárias ganham força. Enfrentar a concentração de riqueza, limitar a influência corporativa e reforçar o poder cidadão constitui uma condição para a sobrevivência da democracia na ALC.

## ANEXOS

| Anexo 1. BILIONÁRIOS POR PAÍS (NOVEMBRO DE 2025) |                   |                        |                |                        |
|--------------------------------------------------|-------------------|------------------------|----------------|------------------------|
| PAÍS                                             | Nº DE BILIONÁRIOS | RIQUEZA (US\$ BILHÕES) | Nº DE MULHERES | % DE MULHERES NO TOTAL |
| Argentina                                        | 5                 | 20                     |                |                        |
| Barbados                                         | 1                 | 1                      | 1              | 100,00                 |
| Belize                                           | 1                 | 13                     |                | 0,00                   |
| Brasil                                           | 66                | 253                    | 13             | 19,70                  |
| Chile                                            | 6                 | 55                     | 2              | 33,33                  |
| Colômbia                                         | 4                 | 42                     | 1              | 25,00                  |
| México                                           | 22                | 219                    | 3              | 13,64                  |
| Peru                                             | 1                 | 3                      |                | 0,00                   |
| São Cristóvão e Nevis                            | 2                 | 10                     |                | 0,00                   |
| Venezuela                                        | 1                 | 7                      |                | 0,00                   |
| <b>SUMA TOTAL</b>                                | <b>109</b>        | <b>622,9</b>           | <b>20</b>      | <b>18,35%</b>          |

## NOTAS E REFERÊNCIAS

1. Cálculos próprios da Oxfam com base nos dados da *Forbes Billionaires List* (consulta: novembro de 2025). <https://www.forbes.com/billionaires/>
2. Banco Mundial. (2025). PIB (US\$ a preços atuais) — NY.GDP.MKTP.CD: América Latina e Caribe. Recuperado em 29 de dezembro de 2025, de <https://datos.bancomundial.org/indicador/NY.GDP.MKTP.CD?locations=ZJ>.  
Cálculos próprios com base nesses dados e em fontes nacionais: o PIB do Chile em 2024 foi de US\$ 339.889 milhões (Banco Mundial). Para o Peru, o PIB de 2024 foi de US\$ 294.727 milhões, de acordo com o Banco Central de Reserva do Peru (BCRP). (2025). Memória 2024. <https://www.bcrp.gob.pe/publicaciones/memoria-anual/memoria-2024.html>. Juntos, os dois países somam US\$ 643.203 milhões..
3. Cálculos próprios da Oxfam com base em dados da *Forbes Billionaires List*. <https://www.forbes.com/billionaires/>
4. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). (2025). *Estudo Econômico da América Latina e do Caribe, 2025: Mobilização de recursos para o financiamento do desenvolvimento* (LC/PUB.2025/12-P). Nações Unidas. <https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/add76980-6b1b-468d-aec1-9c4a72e3d7a0/content>
5. Bloomberg Línea. (26 de junho de 2025). *Os salários mínimos na América Latina em julho de 2025: estes são os mais altos*. <https://www.bloomberglinea.com/latinoamerica/los-salarios-minimos-en-america-latina-a-julio-de-2025-estos-son-los-mas-fuertes/>
6. Cálculos próprios da Oxfam com base nos dados da *Forbes Billionaires List*. <https://www.forbes.com/billionaires/>
7. Cálculos da Oxfam com base em dados da CEPALSTAT. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). (s. f.). *CEPALSTAT: Bancos de dados e publicações estatísticas*. <https://statistics.cepal.org/portal/cepalstat/>
8. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). (2023). *Panorama Social da América Latina e do Caribe 2023*. Nações Unidas. <https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/a7e44226-d41f-4a4a-b84e-f02e415bd620/content>
9. Chancel, L., Gómez-Carrera, R., Moshrif, R., Piketty, T., & World Inequality Lab. (2025). *Relatório sobre a Desigualdade Mundial 2026*. World Inequality Lab. <https://wir2026.wid.world/>
10. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). (2025). *Panorama Social da América Latina e do Caribe 2025: Como sair da armadilha da alta desigualdade*. Nações Unidas. <https://www.cepal.org/es/publicaciones/84175-panorama-social-america-latina-caribe-2025-como-salir-la-trampa-alta-desigualdad>
11. Oxfam. (2025). *Econo[nuestra]: Uma economia para todos e todas*. Oxfam América Latina e Caribe. <https://lac.oxfam.org/hitos/informe-econonuestra/>
12. Oxfam. (2025). *Econo[nuestra]: uma economia para todos e todas*, op. cit.

13. Cálculos próprios a partir dos dados utilizados em Dabi, Maitland e Lewis (2025). Dabi, N., Maitland, A., & Lewis, A. N. (2025). *Saque climático: como um pequeno grupo poderoso está levando o mundo ao desastre*. Oxfam Internacional. <https://doi.org/10.21201/2025.000091>
14. Burke, M., Hsiang, S. M., & Miguel, E. (2015). Efeito global não linear da temperatura na produção econômica. *Nature*, 527(7577), 235–239. <https://doi.org/10.1038/nature15725>
15. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). (2020). *A emergência das mudanças climáticas na América Latina e no Caribe: continuamos esperando a catástrofe ou passamos à ação?* Nações Unidas. <https://www.cepal.org/es/publicaciones/45677-la-emergencia-cambio-climatico-america-latina-caribe-seguimos-esperando-la>
16. Ver, entre outros: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). (2023). *Panorama fiscal da América Latina e do Caribe 2023: Políticas fiscais para enfrentar a desigualdade e a volatilidade*. Nações Unidas; Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Centro Interamericano de Administrações Tributárias (CIAT) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). (2023). *Estatísticas de receita na América Latina e no Caribe 2023*. Publicação da OCDE; Saez, E., & Zucman, G. (2019). *O triunfo da injustiça: como os ricos sonegam impostos e como fazê-los pagar*. W. W. Norton & Company; Fundo Monetário Internacional. (2021). *Política fiscal e desigualdade*. Documento de Política do FMI; Organização Internacional do Trabalho. (2023). *Relatório global sobre salários 2022–23: o impacto da inflação e da COVID-19 sobre os salários e o poder de compra*. OIT; Piketty, T. (2014). *O capital no século XXI*. Harvard University Press; Banco de Compensações Internacionais. (2022). *Relatório econômico anual 2022*. BIS; Laboratório Mundial de Desigualdade. (2024). *Diretrizes das Contas Nacionais Distributivas (DINA) 2024*. <https://wid.world>
17. Os “registros sociais” são definidos como sistemas que consolidam informações socioeconômicas das famílias para o direcionamento de políticas sociais e programas de transferências.
18. Blanchet, T., Chancel, L., Flores, I., & Morgan, M. (Eds.). (2020). *Diretrizes das Contas Nacionais Distributivas: Conceitos e métodos utilizados na Base de Dados sobre a Desigualdade Mundial*. Laboratório Mundial sobre Desigualdade. <https://wid.world/document/distributional-national-accounts-guidelines-2020-concepts-and-methods-used-in-the-world-inequality-database/>
19. Blanchet, T., Chancel, L., Flores, I., & Morgan, M. (Eds.). (2020). *Diretrizes para contas nacionais distributivas: conceitos e métodos utilizados na Base de Dados sobre Desigualdade Mundial*. Laboratório Mundial sobre Desigualdade. <https://wid.world/document/distributional-national-accounts-guidelines-2020-concepts-and-methods-used-in-the-world-inequality-database/>
20. As estimativas de desigualdade utilizadas neste documento provêm do quadro *Distributional National Accounts* (DINA) do World Inequality Lab, que integra inquéritos aos domicílios com registros administrativos — em particular dados fiscais — e os ajusta às contas nacionais para corrigir a subestimação dos rendimentos elevados e garantir a coerência macroeconômica. World Inequality Lab. (s. f.). *Methodology*. <https://wid.world/methodology/>
21. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). (2023). *Panorama Social da América Latina e do Caribe 2023: A inclusão laboral como eixo central para o desenvolvimento social inclusivo*. Nações Unidas. <https://www.cepal.org/es/publicaciones/68702-panorama-social-america-latina-caribe-2023-la-inclusion-laboral-como-eje-central>

22. Basiños, S. (2024). *(Market) power is (political) power! The pressure of declining competition on democracy*. [https://www.researchgate.net/publication/376219675\\_Market\\_Power\\_is\\_Political\\_Power\\_The\\_Pressure\\_of\\_Declining\\_Competition\\_on\\_Democracy](https://www.researchgate.net/publication/376219675_Market_Power_is_Political_Power_The_Pressure_of_Declining_Competition_on_Democracy)
23. San José, L. P. (2025). *Ultras e mafiosos (Vol. 9, Menos poder de mercado, mais democracia)*. Oxfam Guatemala. [https://lac.oxfam.org/wp-content/uploads/2025/10/Vol9\\_MenosPoderDeMercadoMasDemocracia.pdf](https://lac.oxfam.org/wp-content/uploads/2025/10/Vol9_MenosPoderDeMercadoMasDemocracia.pdf)
24. Naveda, E., Waxenecker, H., & García Monzón, F. (2025, 16 de junho). *A arquitetura invisível da dominação empresarial*. Plaza Pública. <https://www.plazapublica.com.gt/ensayo/ensayo/la-arquitectura-invisible-de-la-dominacionempresaria>
25. Nercesian, I. (2019). *Presidentes empresários e Estados capturados na América Latina*. CLACSO.  
Nercesian, I. (2020). *As elites empresariais e a política na América Latina: recomposição do poder econômico e captura do Estado*. CLACSO.  
Castellani, A. (2018). *Estado, empresários e privilégios na Argentina contemporânea*. Siglo XXI Editores.
26. Oxfam International. (2026, no prelo). *Resistindo ao domínio dos ricos: protegendo a liberdade do poder dos bilionários*.
27. O Globo. (6 de setembro de 2022). *Saiba quem são os dez empresários que mais doaram para os candidatos*. <https://oglobo.globo.com/politica/eleicoes-2022/noticia/2022/09/saiba-quem-sao-os-dez-empresarios-que-s-doaram-para-os-candidatos.ghtml>
28. Swissinfo (SWI). (5 de novembro de 2024). *O CEO da MercadoLibre oferece “apoio” a Milei para transformar a Argentina em um “país livre”*. <https://www.swissinfo.ch/spa/el-ceo-de-mercadolibre-brinda-%22apoyo%22-a-milei-por-convertir-a-argentina-en-%22pa%C3%ADs-libre%22/87494132>  
Página/12. (20 de março de 2025). *Galperin e uma casta privilegiada por Milei*. <https://www.pagina12.com.ar/812327-galperin-y-una-casta-privilegiada-por-milei/>
29. Latinobarómetro Corporation. (2024). *Informe Latinobarómetro 2024*. <https://www.latinobarometro.org/documents/latinobarometro-informe-2024.pdf>
30. OCDE, CIAT, CEPAL & BID. (2025). *Estatísticas tributárias na América Latina e no Caribe 2025*. Publicação da OCDE. <https://doi.org/10.1787/f0bee3b4-es>
31. OCDE et al. (2025), *Estatísticas tributárias na América Latina e no Caribe 2025*, op. cit.
32. Fundo Monetário Internacional (FMI). (2025). *Perspectivas econômicas regionais: Hemisfério Ocidental. Navegando em um ambiente global em transformação*. <https://www.imf.org/-/media/files/publications/reo/whd/2025/october/spanish/text.pdf>
33. UNCTAD. (2025). *Um mundo de dívidas: histórias regionais – América Latina*. <https://unctad.org/publication/world-of-debt/regional-stories#section5>
34. Fundo Monetário Internacional (FMI). (2025). *Vulnerabilidades da dívida e desafios de financiamento em mercados emergentes e economias em desenvolvimento: uma visão geral dos principais dados*. <https://www.imf.org/en/publications/policy-papers/issues/2025/02/19/debt-vulnerabilities-and-financing-challenges-in-emerging-markets-and-developing-economies-562218>

35. UNCTAD. (2025). *Um mundo de dívidas*, op. cit.
36. Centro de Direitos Econômicos e Sociais (CESR). (2020). *A austeridade está matando o Equador: o FMI deve ajudar a acabar com este desastre*. <https://www.cesr.org/austerity-killing-ecuador-imf-must-help-end-disaster/>
37. Oxfam International. (2025). *A pilhagem continua: pobreza e desigualdade extrema, o legado do colonialismo e como revertê-lo*. <https://www.oxfam.org/es/informes/el-saqueo-continua>
38. OCDE et al. (2025). *Estatísticas tributárias na América Latina e no Caribe 2025*, op. cit.
39. OCDE et al. (2025). *Estatísticas tributárias na América Latina e no Caribe 2025*, op. cit.
40. OCDE et al. (2025). *Estatísticas tributárias na América Latina e no Caribe 2025*, op. cit.
41. World Inequality Lab (WIL). (2024). *Diretrizes para Contas Nacionais: Métodos e conceitos utilizados na Base de Dados sobre Desigualdade Mundial*. <https://wid.world/document/distributional-national-accounts-guidelines-2020-concepts-and-methods-used-in-the-world-inequality-database/>
42. Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) & CEDLAS. (2021). *Medindo as rendas mais altas nos países em desenvolvimento: desafios e soluções*. <https://publications.iadb.org/en/measuring-top-incomes-developing-countries>. OCDE, CIAT, CEPAL & BID. (2024). *Estatísticas de receitas na América Latina e no Caribe 2024*. <https://www.oecd.org/tax/revenue-statistics-latin-america-and-the-caribbean-2024.htm>  
Tax Justice Network. (2023). *Estado da Justiça Fiscal 2023*. <https://taxjustice.net/reports/state-of-tax-justice-2023>
43. PricewaterhouseCoopers (PwC). (s. f.). *Resumos fiscais mundiais*. Acessado em dezembro de 2025. <https://taxsummaries.pwc.com/>
44. World Inequality Lab (WIL). (2024). *National Accounts Guidelines...*, op. cit.
45. Ministério da Economia, Planejamento e Desenvolvimento (MEPyD). (2022). *Desigualdade de renda na República Dominicana, 2012–2019*. <https://mepyd.gob.do/publicaciones/desigualdad-del-ingreso-en-la-republica-dominicana-2012-2019>
46. Cañete, R. (2025). *Um orçamento sem acordo*. Fundação Friedrich Ebert (FES). <https://www.ciudadalternativa.org.do/wp-content/uploads/2025/12/PAPER-Un-Presupuesto-sin-Pacto-corregido-SP.pdf>
47. Iniciativas como a campanha “Justiça Tributária Já” <https://www.oxfam.org.br/justica-tributaria-ja/> e o Plebiscito Popular sobre o sistema tributário <https://plebiscitopopular.org.br/>
48. Lei nº 15.270 (26/11/2025) “Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para instituir a redução do imposto sobre a renda[...] e a tributação mínima para as pessoas físicas que auferem altas rendas; e dá outras providências.” <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=15270&ano=2025&ato=ab5k3aU9UNZpWTab7>

49. Oxfam Brasil. (2025). *A raiz da desigualdade está no topo*. <https://www.oxfam.org.br/a-raiz-da-desigualdade-esta-no-topo/>
50. OCDE et al. (2025). *Estatísticas tributárias na América Latina e no Caribe 2025*, op. cit.
51. Cálculos próprios da Oxfam com base em dados da *Forbes Billionaires List*. Refere-se à riqueza dos bilionários latino-americanos com mais de 70 anos, em novembro de 2025. <https://www.forbes.com/billionaires>
52. Oxfam. (2025). *EconoNuestra: uma economia para todos e todas*, op. cit.
53. Swissinfo. (25 de novembro de 2025). *Bolívia anuncia supressão de quatro impostos para fomentar retorno do investimento privado*. <https://www.swissinfo.ch/spa/bolivia-anuncia-supresi%C3%B3n-de-cuatro-impuestos-para-fomentar-retorno-de-inversi%C3%B3n-privada/90491940>
54. Agência EFE. (28 de novembro de 2025). *Oxfam afirma que a eliminação do imposto sobre grandes fortunas na Bolívia é um retrocesso*. *Investing.com*. <https://es.investing.com/news/economy-news/oxfam-dice-que-eliminacion-del-impuesto-a-las-grandes-fortunas-en-bolivia-es-un-retroceso-3413879>
55. Centro Interamericano de Administraciones Tributárias (CIAT). (2025). *Panorama das despesas tributárias na América Latina*. [https://www.ciat.org/Biblioteca/DocumentosdeTrabajo/2025/DT\\_04\\_Pelaez.pdf](https://www.ciat.org/Biblioteca/DocumentosdeTrabajo/2025/DT_04_Pelaez.pdf)
56. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) & Oxfam International. (2019). *Incentivos fiscais para empresas na América Latina e no Caribe*. Documentos de Projetos (LC/TS.2019/50). Santiago. <https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/ade5a99c-5d38-4660-aceb-7ead729e8bb5/content>
57. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) & Oxfam International. (2019). *Incentivos fiscais para empresas na América Latina e no Caribe*, op. cit.
58. Oxfam Colômbia. (2025). *EconoNuestra: relatório sobre a desigualdade na Colômbia*. Oxfam Colômbia. <https://www.oxfamcolombia.org/wp-content/uploads/2025/01/INFORME-OXFAM-AECID.pdf>
59. OjoPúblico. (2025, 16 de julho). *Impacto fiscal milionário: projetos de lei do Congresso representam 35% do PIB*. OjoPúblico. <https://ojo-publico.com/politica/costo-fiscal-proyectos-ley-del-congreso-representan-35-del-pbi>
60. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) & Oxfam International. (2019). *Incentivos fiscais para empresas na América Latina e no Caribe*, op. cit.

61. La Nación. (19 de novembro de 2023). “Livres”: o tuíte de Marcos Galperin após a vitória de Milei. <https://www.lanacion.com.ar/economia/libres-el-tweet-de-marcos-galperin-ante-las-versiones-que-indican-que-javier-milei-es-el-nuevo-nid19112023/>  
La Nación. (29 de janeiro de 2024). Marcos Galperin elogia fortemente a criação de empregos nos EUA, com uma referência a Javier Milei. <https://www.lanacion.com.ar/economia/fuerte-elogio-de-marcos-galperin-a-la-creacion-de-empleo-en-eeuu-con-un-guino-a-javier-milei-la-nid29012024/>  
La Nación. (26 de março de 2024). Milei e os empresários: elogios em público, dúvidas em privado. <https://www.lanacion.com.ar/economia/milei-y-los-empresarios-elogios-en-publico-dudas-en-privado-nid25032024>
62. La Capital. (12 de novembro de 2025). Mercado Libre recebeu 50% a mais em isenções fiscais: são US\$ 350 milhões nos últimos cinco anos. <https://www.lacapital.com.ar/informacion-general/mercado-libre-recibio-un-50-mas-exenciones-impositivas-son-us350-millones-los-ultimos-5-anos-n10229471.html>
63. Página/12. (8 de maio de 2019). O caso Mercado Libre, a empresa de Marcos Galperín: o modelo de negócios do macrismo. <https://www.pagina12.com.ar/192465-el-modelo-de-negocios-del-macrismo/>
64. Periodista 360. (4 de setembro de 2024). Javier Milei visitou Marcos Galperin e elogiou o Mercado Libre: “O único que pode gerar riqueza é o empresário”. <https://periodista360.com/javier-milei-visito-a-marcos-galperin-y-elogio-a-mercado-libre-el-unico-que-puede-generar-riqueza-es-el-empresario/>
65. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). (2024). *Panorama Fiscal da América Latina e do Caribe 2024*. <https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/5b29a617-5f84-4d03-a995-a68c21be264e/content>
66. Oxfam. (2025). *EconoNuestra: uma economia para todos e todas*, op. cit.
67. Ibid.
68. Ibid.